



“AS MARCAS DA TORTURA SOU EU”: Como ensinar sobre a Ditadura no Brasil e a participação das mulheres

Maria José Batista da Silva Vieira¹, Amanda Marques de Sousa², Elizabeth Christina de Andrade Lima³

Resumo: A Extensão objetivou tratar sobre a participação das mulheres militantes na luta contra a Ditadura Militar no Brasil, ocorrida no período de 1964 a 1984. Partindo do pressuposto da invisibilidade de tal discussão nas escolas do Ensino Médio, tomou-se como caso de estudo a Escola Cidadã Integral Dr. Elpídio de Almeida, na cidade de Campina Grande e o que se observou foi um desconhecimento sobre o assunto, sendo necessário aos professores de Sociologia e de História provocarem tal tema em suas atividades em sala de aula.

Palavras-chaves: *Ditadura Militar, Protagonismo Feminino, Dilma Rousseff, Mulher e Ditadura Militar.*

1. Introdução

No ano de 2024 uma data, sem dúvida, será lembrada: os 60 anos do início da Ditadura Civil Militar no Brasil. No dia 31 de março de 1964, por exatos 20 anos, o país viveu sob a égide de governos militares marcados por prisões, torturas e mortes de jovens, homens e mulheres, considerados subversivos à ordem estabelecida. A emergência de tal “data comemorativa”, instigou o objetivo de trazer à tona tal fato histórico e sobre ele problematizar, em especial, sobre a participação das mulheres nesse período.

É sabido que os livros didáticos, de Sociologia e de História, dirigidos ao ensino médio público no Brasil trazem o fato da ditadura militar enquanto um destacado acontecimento, por sua importância e duração. No entanto, observamos que tal descrição carece de um aprofundamento maior no que diz respeito ao que, de fato, ocorreria nos chamados “porões da ditadura” quando jovens foram pegos para prestarem depoimento e entregarem os variados aparelhos políticos criados para enfrentar o regime.

Observamos que quando se narra sobre esses “porões” o destaque dado é para os “subversivos homens”, quem já não ouviu falar em Lamarca, Marighella, Stuart Angel, Francisco Julião, Milton Soares, Bacuri, Frei Tito etc? Sobre alguns deles, inclusive, se escreveram livros e se produziram filmes, à exemplo de Lamarca, Stuart Angel e Marighella. E

quanto as jovens mulheres? Elas participaram ativamente das lutas revolucionárias contra o regime, e se o foram, será que foram meras coadjuvantes?

Recentes produções bibliográficas informam que não. Ou seja, é notória a tentativa de vários autores e autoras em trazer à tona o protagonismo feminino durante o regime de exceção no Brasil. Mulheres que tiveram a mesma importância ou ainda mais importância que alguns homens na luta contra a Ditadura Civil Militar no Brasil. Seja em forma de documentários, filmes e, principalmente, livros, essa reconstituição histórica e sociológica se faz necessária.

Creemos ser importante rever tal história, trazendo para o cerne da discussão das disciplinas de História e Sociologia no Ensino Médio a fim de formar novas interpretações e reflexões sobre esse momento histórico do Brasil à luz da participação das mulheres que, com suas lutas, idealizações e convicções políticas também escreveram páginas dessa história.

Concretamente nosso intento foi propor a leitura e discussão de parte atualíssima dessa bibliografia destinada a trazer para o cerne da reflexão o protagonismo das mulheres durante a ditadura militar com fins a promover o que foi sugerido no item 4 do Edital PROPEX 002/2023, em seus itens **equidade de gênero e educação de qualidade**, cujo fim buscou contribuir com novas reflexões a serem compartilhadas e aplicadas pelos jovens estudantes e professores das disciplinas de História e Sociologia do Ensino Médio.

2. Metodologia

O desenvolvimento das ações extensionistas terá como um dos suportes metodológicos a pesquisa-ação (PA) que, na concepção de Thiollent, um dos principais articuladores teóricos desta proposta,

(...) é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 2005, p.16)

Essa proposta metodológica, portanto, possibilitou

¹ Estudante do Curso de Ciências Sociais, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

² Estudante do Curso de Ciências Sociais, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

³ Orientadora e Coordenadora, professora de Antropologia da UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

uma interação participativa entre coordenadores, orientadores, bolsista e alunos do ensino médio, considerando que a pesquisa e a ação se deu de forma concomitante e ao grupo beneficiado foi oferecido diferentes formas de elaborar possibilidades de transformar sua realidade e articular a produção de conhecimentos e de saberes.

As ações extensionistas implementadas na execução do projeto foram desenvolvidas objetivando a reflexão, pelos alunos e professores, acerca dos conhecimentos que possibilitassem melhorias nas suas formações educativas, assim, os direitos humanos do público envolvido se apresentam como um dos elementos primordiais para a construção de espaços onde se exerce a capacidade de compreensão e participação social e cidadã. Nesse sentido, as atividades extensionistas foram orientadas, enfim, por um conjunto de estratégias e ações, como debates e reuniões, além de atividades de encontros orientados pelos professores de História e de Sociologia, cujo apoio junto ao alunado dos terceiros anos do Ensino Médio foram fundamentais para o bom desempenho das atividades realizadas.

Em todos esses momentos foram trabalhados com o público envolvido questões tais como: a construção cultural do masculino e do feminino, os direitos humanos, equidade de gênero, protagonismo feminino, violência de gênero, luta, ditadura militar e suas consequências, liberdade, prisão e outras questões consideradas pertinentes.

A adoção dessa opção metodológica se mostrou como a mais produtora considerando a configuração do trabalho que se pretendeu realizar, ou seja, a possibilidade de instituição de um processo de formação historiográfica, política e cultural dos envolvidos, visando a sua cidadania enquanto, sobretudo, pessoa humana.

A trilha metodológica proposta, ou seja, a pesquisa-ação possibilitou também uma maior interação entre extensionistas e público participante na medida em que, ao abordar as temáticas sugeridas, a partir das oficinas, sistematizando de acordo com a recíproca das mesmas vieram a contribuir efetivamente para o bom desempenho e coerência das atividades, fomentando a ligação dos mais variados assuntos como relações de gênero, direitos humanos e cidadania, associando a outras áreas de saber, construindo coletivamente o conhecimento.

3. Resultados e Discussões

As atividades realizadas com a equipe envolvida no Projeto de Extensão e os alunos da Escola Cidadã Integral Dr. Elpídio de Almeida foram bastante proveitosas. Nos primeiros meses de planejamento e orientação, a equipe pode se reunir semanalmente para fazer a leitura do Relatório final da Comissão Nacional da Verdade, publicado no ano de 2014, no qual estavam contidas as memórias de diversas mulheres que participaram da resistência à Ditadura Civil Militar no Brasil, implantada no período de 1964 a 1984.

As memórias, ali descritas, deram conta dos sofrimentos, das torturas físicas e psicológicas, além dos

abusos sexuais sofridos pelas mulheres presas pelo regime.

Ao lermos e discutirmos o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, escrito nos anos de 2012 a 2014, em seus capítulos oito, nove e dez, do segundo volume, por exemplo, foi possível ter acesso a mais de uma dezena de depoimentos de mulheres militantes, que com muito sofrimento, vergonha e experiência traumática a atravessaram-lhes toda a vida, tomaram coragem e resolveram falar de como seus corpos foram torturados e apropriados pelo regime. Seus testemunhos, marcados por experiências traumáticas e extremamente violentas por sofrimento físico e psicológico obrigam a que seja recontada a história da participação das mulheres durante o regime militar, marcada por uma incessante luta de resistência, ajudando-as a reestruturar sua subjetividade com vistas, a igualmente, ressignificar sua identidade:

A tortura era uma prática da ditadura e nós sabíamos disso pelos relatos dos que tinham sido presos, mas nenhuma descrição seria comparável ao que eu ia enfrentar. Não porque tenha sido mais torturada que os outros, mas porque eu acho que o horror é indescritível. (Lucia Murat, depoimento a CNV, em 28/05/2013, Arquivo CNV, 00092.001294/2013-38, p.328.)

Tortura-se com vistas a obtenção de uma informação, uma confissão, uma entrega de nomes de envolvidos ou de aparelhos que “conspiram contra o regime” e, até pouco tempo, parte da sociedade brasileira mostrava-se favorável a uma intervenção militar, a “caça às bruxas” dos comunistas e das feministas; tão forte esses discursos que no dia 08 de janeiro de 2023 o Brasil assistiu a tentativa de um golpe, momento no qual aconteceu a invasão e depredação dos prédios dos três poderes da República.

A tortura, durante a ditadura civil militar no Brasil, serviu, inclusive, de “objeto de saber”; ou seja, era comum tomar uma prisioneira como cobaia para se ensinar a outrem como praticar a tortura, eis o depoimento de estudante Dulce Chaves Pandolfi a CNV:

No dia 20 de outubro de 1970, dois meses depois de minha prisão e já dividindo a cela com outras presas, servi de cobaia para uma aula de tortura. O professor, diante dos seus alunos, fazia demonstrações com o meu corpo. Era uma espécie de aula prática, com algumas dicas teóricas. Enquanto eu levava choques elétricos, pendurada no tal do pau de arara, ouvi o professor dizer: “essa é a técnica mais eficaz”. Acho que o professor tinha razão. Como comecei a passar mal, a aula foi interrompida e fui levada para a cela (...) (Dulce Chaves Pandolfi, depoimento a CNV, em 28/05/2013, Arquivo CNV, 00092_001463_2013_30, p. 351).

Um outro depoimento que explica, em detalhes, as formas e objetos utilizados para tortura foi o concedido

pela testemunha Criméia Alice Schmidt de Almeida, citado por Langguth (1978, p.145):

Pela manhã, o próprio comandante major Carlos Alberto Brilhante Ustra foi retirarme da cela e ali mesmo começou a torturarme (...). Espancamentos, principalmente no rosto e na cabeça, choques elétricos nos pés e nas mãos, murros na cabeça quando eu descia as escadas encapuzada, que provocava dores horríveis na coluna e nos calcanhares, palmatória de madeira nos pés e nas mãos (Arquivo CNV, 2014, p. 368).

No dia 13 de junho de 2013, a presa Darci Myaki, em depoimento a CNV, assim também relatou a sua experiência de tortura:

Eu fui presa no dia 25 de janeiro de 1972, meio dia e dois minutos, na rua Rainha Guilhermina, Leblon, Guanabara. Fui agarrada por vários homens que de imediato me jogaram num Opala branco (...). Me jogaram no chão, puseram um capuz preto e começaram a me dar pontapés. (...) tiraram a minha roupa...logo que eu cheguei passei pelo corredor polonês, em que levava pancadas; 'telefone'; caía, aí eles me levantavam – eu tinha cabelo comprido -, me levantavam pelo cabelo e em seguida me levaram para a sala de torturas. (Depoimento de Darci Myaki a CNV, em 13/06/2013, Arquivo CNV 00092.000133/2014-16, p.369)

A sequência de formas de tortura parece hoje, algo surreal, imagina à época, quando tais atrocidades aconteciam longe dos holofotes midiáticos e do conhecimento da sociedade civil em geral? Como acreditar que tais barbaridades eram cometidas? E quanto ao uso de animais durante a tortura? Dá pra imaginar baratas, cobras, jacarés, besouros, passeando nos corpos vendados, totalmente entregues ao escarnio, a truculência de torturadores frios e sádicos?

(...) Puseram baratas passando pelo meu corpo, colocaram uma barata na minha vagina. Hoje parece loucura, mas um dos torturadores, de nome de guerra Gugu, tinha uma caixa onde ele guardava as baratas amarradas por barbantes e através do barbante ele conseguia manipular as baratas pelo meu corpo. (Depoimento de Lucia Murat às Comissões Nacional e Estadual do Rio de Janeiro, em 13/06/2013, Arquivo CNV 00092.001463/2013-30, p.374)

(...). Eles colocavam o jacaré em cima da pessoa e pra cada um tinha um nome! O meu era Marighella. Era um jacarezinho que colocavam no teu corpo, aí eu vou dizer: não é porrada o tempo todo, mas é tortura! É humilhação, é sacanagem, é humilhar o outro na tua frente, é não te deixar dormir, é tortura! É terror!

(Depoimento de Ana Bursztyn à Comissão de Anistia e à UFRJ, em 07/07/2011, Arquivo CNV 00092.002471/2014-84, p.374)

Talvez um dos temas mais difíceis de serem ditos pelas mulheres militantes presas e torturadas nos “porões da ditadura militar” seja as experiências de violências sexuais e estupros vividos. O Relatório produzido pela Comissão Nacional da Verdade dá conta do constrangimento, vergonha, até mesmo pavor das mulheres quando inquiridas para responderem se sofreram abusos sexuais. O constrangimento, o sofrimento e o trauma são visíveis naquelas cujas experiências deixaram marcas indeléveis no corpo e na alma. Muitas inclusive ficaram estéreis, outras doentes, outras chegaram a abortar forçadamente na prisão. Enfim, experiências traumáticas, trazidas à tona por uma “memória traumática” que, corajosamente foram revividas e reatualizadas por essas mulheres marcadas pela dor. Obviamente,

A violência sexual, exercida ou permitida por agentes de Estado, constitui tortura. Por transgredir preceitos inerentes à condição humana, ao afrontar a noção de que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos, a normativa e a jurisprudência internacionais consideram que a violência sexual representa grave violação de direitos humanos e integra a categoria de “crimes contra a humanidade”. (Relatório da CNV, 2014, p. 400)

Abaixo podem ser lidas algumas partes de depoimentos de mulheres militantes, cuja experiência de profunda violação de direitos humanos e abuso sexual nos deixam perplexas com tamanha truculência, maldade e expressão de ódio ao feminino e seu corpo:

Eles diziam: “Onde já se viu! Acabou de parir e tem esse corpo! É porque é uma vaca terrorista” (...) Ai começaram a me chamar de Miss Brasil, porque tinha uma vaca de verdade, leiteira, que ganhou um prêmio (...) Um daqueles cara, o Tralli, trouxe um jornal que mostrava a vaca e rasgava o jornal e passava em mim. Outra coisa é que eles me tiravam a roupa (...) tinha uma escrivaninha e eles me debruçavam nua com o bumbum pra cima e eles ficavam enfiando a mão. Penetração, não tive (...). Ele me beliscou inteira, esse Tralli. Ele era um tarado. (Depoimento de Rose Nogueira, a CNV. Arquivo CNV, 00092.002333/2013-14, pp. 404-405)

Começaram a me bater. Eles me colocaram no pau de arara. Eles me amarraram. Eles me deram batidas. Deram choque. Eles começaram dando choque no peito. No mamilo. (...) Eu desmaiei. (...) Eu comecei a sangrar. Da boca. Sangrava de tudo quanto era...da vagina, sangrava. Nariz, boca...E eu estava muito mal. (...) Veio um

dos guardas e me levou para o fundo das celas e me violou. (...) Ele falou que eu era rica, mas eu tinha a buceta igual a de qualquer outra mulher. Ele era horrível [choro]. Oh God! [choro]. (Depoimento de Karen Keilt, a CNV. Arquivo CNV, 00092.000107/2014-80, p. 405)

Numa dessas sessões, um torturador da Operação Bandeirantes que tinha o nome de Mangabeira ou Gaeta (...) eu amarrada na cadeira do dragão, ele se masturbando e jogando a porra em cima do meu corpo. Eu não gosto de falar disso, mas eu vejo a importância desse momento de tratar a verdade e gênero pensando nessas desigualdades entre homens e mulheres, em que os agentes do Estado, os repressores usaram dessa desigualdade para nos torturar mais, de certa forma, nós fomos torturadas com violência sexual. (Depoimento de Maria Amélia de Almeida Teles, a CNV em parceria com a Comissão da Verdade Rubens Paiva, em 25/03/2013, Assembleia Legislativa de São Paulo, pp. 407-408)



Figura 1 – Mulheres presas durante o regime

As práticas de misoginia, igualmente, eram tão violentas a ponto das mulheres presas sentirem o ódio de maneira aberta por fazerem parte de movimentos de resistência, “quando deveriam estar em casa”, e/ou por esboçarem uma resistência e força para suportar a tortura surpreendendo até mesmo, os seus algozes. Novamente, os estereótipos de gênero que representam a mulher como um ser frágil, dócil, da casa e do lar, parece aumentar ainda mais a repulsa e ódio dos torturadores:

O simples fato, eu acho, de você estar no meio de homens, só homens. Só homens que têm sobre você um olhar, como eu diria? Pelo fato de você ser mulher, também você percebe que há talvez, às vezes, uma raiva muito maior, eu não sei se é pela questão de achar “por que uma mulher esta fazendo isso?” E é uma forma, talvez, muito de querer te desqualificar de todas as maneiras. Inclusive, o mínimo que você ouve é que você é uma vaca. (Depoimento de Maria Aparecida Costa, a

CNV. Arquivo CNV, 00092.002323/2013-89, p. 404)

Outra forma eficaz de tortura das mulheres presas era o hábito de simular ou de realmente conduzir seus filhos, a maioria ainda crianças, aos quartéis para servirem de “isca” a provocar verdadeiro pânico nas mães de que seus filhos seriam igualmente torturados caso elas não entregassem os nomes das pessoas e os endereços dos aparelhos. Igualmente tenebrosa era a experiência terrível do abortamento forçado das mulheres que chegavam grávidas ou que engravidavam na prisão:

Tive meus filhos sequestrados e levados para a sala de tortura, na Operação Bandeirante. A Janaina com cinco anos e o Edson, com quatro anos de idade (...). Inclusive eu sofri várias violências sexuais. Toda a nossa tortura era feita com as mulheres nuas(...). Levando choques pelo corpo todo. Inclusive na vagina, no ânus, nos mamilos, nos ouvidos. E os meus filhos me viram dessa forma. Eu urinada, com fezes. Enfim, o meu filho chegou pra mim e disse: “Mãe, por que você ficou azul e o pai ficou verde?”. O pai estava saindo do estado de coma e eu estava azul de tanto... Aí que eu me dei conta: de tantos hematomas no corpo. (Depoimento de Maria Amélia de Almeida Teles, a CNV em parceria com a Comissão da Verdade Rubens Paiva, em 25/03/2013, Assembleia Legislativa de São Paulo, p. 410)

Eu fui muito ofendida, como mulher, porque ser mulher e militante é um carma, a gente além de ser torturada física e psicologicamente, a mulher é vadia, a palavra mesmo era “puta”, “menina decente, olha para sua cara, com essa idade, olha o que tu está fazendo aqui, que educação os teus pais te deram, tu é uma vadia, tu não presta”, enfim, eu não me lembro bem se no terceiro, no quarto dia eu entrei em processo de aborto, eu estava grávida de dois meses, então eu sangrava muito, eu não tinha como me proteger, eu usava papel higiênico, e já tinha mau-cheiro, eu estava suja (...) eu não fui estuprada, porque era constantemente ameaçada, porque eles tinham nojo de mim. (Depoimento de Izabel Fávero a CNV, em 27/04/2013, Arquivo CNV, 00092.000088/2014-91, p. 400)

Assim, os corpos das militantes políticas presas e torturadas “não tinham dono”, pois eram corpos “comunistas (...), e nem deveriam ser respeitados. Tratá-las de forma tão brutal, humilhando-as, fazia parte de uma estratégia de “desmontagem” física e emocional para fazê-las falar a qualquer custo” (ROVAI, 2017, pp.234-235).

Entrementes, o que as autoras que relembram essas experiências de dor e de humilhação pelas quais passaram as militantes políticas e que não podem, nem

devem ser esquecidas sob pena de se ocultar, invisibilizar e construir uma história, no mínimo fictícia, tais como Rago (2013), Rosa (2013) e Joffily (2016) dirigem suas reflexões para um aspecto muito interessante da experiência vivida por essas mulheres: a de que elas ao participarem da resistência à ditadura civil militar e ao serem presas e torturadas encontraram nessas práticas a possibilidade de se repensarem como mulheres militantes e feministas, souberam resistir e fazer de seus corpos um devir de fortaleza e força. Abaixo a fala da ex-presa política Eleonora Menicucci:

Minha dor física somada à dor emocional, me fizeram gritar como mulher e repudiar aos berros todo uso de meu corpo. Na tortura me descobri uma mulher forte e com muita vontade de ser alguém. Queria muito ser mulher e sabia que conseguiria (OLIVEIRA, 1996, p. 18-19 *apud* JOFFILY, 2016, pp.129-130)

Por último o emocionado e empoderado discurso de Vera Silvia Magalhães, citado por ROSA (2013), a partir do documentário “Vera Silvia Magalhães, a história de uma guerrilheira”, produzido pela TV Câmara em 2007:

Nunca mais viverei um momento tão importante como quando me dei por inteira para uma causa que perdi. Como era importante salvar um companheiro da cadeia ou de um tiroteio, arriscar a vida por alguém. Tudo isso são valores que adquiri, e os transmito para todas as pessoas que passam pela minha vida. (ROSA, 2013, p. 98)

Assim, o ideal de luta pelo fim da ditadura, da censura e da violência perpetrada pelo regime fizeram parte do cotidiano de muitas mulheres, e não só dos homens. Elas não foram “mais poupadas” pelo fato de serem mulheres, ao contrário, sofreram mais abusos físicos e psicológicos exatamente por serem mulheres, daí a necessidade de fortalecer a denúncia do caráter fortemente misógino durante o regime de exceção.

Os ensinamentos, acima descritos, a partir da leitura e discussão do Relatório da Comissão Nacional da Verdade, tanto com a equipe envolvida no Projeto quanto os alunos da rede municipal de Ensino Médio promoveram um conhecimento, que para nossa surpresa, se constituiu num tema, até então, de absoluto desconhecimento não só dos alunos do Ensino Médio, mas também da bolsista e da aluna voluntária envolvidas no Projeto.



Figura 2 – Escola Elpídio de Almeida

A partir dessa averiguação, o desconhecimento da resistência e militância das mulheres contra o Regime Militar por parte dos membros, alunos, do ensino médio e do ensino superior, se reforçou a necessidade de se trazer à baila, tema tão importante.



Figura 3 – Alunos e equipe do Projeto no auditório da ECIE Dr. Elpídio de Almeida

Creemos que as reuniões realizadas com a equipe envolvida no Projeto de Extensão, bem como os encontros com os alunos e alunas do Ensino Médio, cerca de 90 participantes, além dos professores de História e de Sociologia do terceiro ano do Ensino Médio, da citada escola, suscitaram momentos de aprendizado e de prática cidadã uma vez que foi discutido um tema que não é absolutamente abordado no currículo das disciplinas de História e de Sociologia, provocando um total e absoluto desconhecimento sobre um fato histórico tão relevante de nosso país.

4. Conclusões

Trazer à tona o tema da ditadura militar certamente promoveu a aprendizagem dos alunos envolvidos, cerca de noventa alunos e alunas, pelo menos em dois aspectos: no acréscimo de um conhecimento até então desconhecido, e o fomento à prática cidadã e a importância do regime democrático como um valor que deve ser, por todos defendido, como um bem do país, como parte de uma cultura e de um povo que jamais será favorável ao arbítrio, a falta de liberdade de ir e vir, ao

respeito a integridade física e psíquica de todos os brasileiros, independentemente de sua posição ideológica, religiosa, de gênero, raça, faixa etária, entre outros.

Creemos ter sido este o principal resultado, quando a Universidade se volta para a sociedade, para o ambiente escolar e problematiza um tempo “escuro de nossa história”.

5. Referências

- [1] ALENCAR, Jakson Ferreira de. A Ditadura continuada. Fatos, Factoides e partidatismo da imprensa na eleição de Dilma Rousseff. São Paulo, Paulus, 2012.
- [2] AMARAL, Ricardo Batista. A vida quer é coragem. A trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil. Rio de Janeiro, Sextante, 2011.
- [3] BONAVIDES, Paulo. História Constitucional do Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- [4] BOSI, Ecléa. Lembranças de Velhos. São Paulo, 2ª ed. T. A. Queiroz Editor, 1987.
- [5] BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.
- [6] CARDOSO, Tom. O cofre do Dr. Rui. Como o Var-Palmars de Dilma Rousseff realizou o maior assalto da luta armada brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.
- [7] CARVALHO, Luiz Maklouf. Mulheres que foram à luta armada. São Paulo, Globo, 1998.
- [8] CHARAUDEAU, Patrick. A Manipulação da Verdade. Do triunfo da negação às sombras da pós-verdade. São Paulo, Contexto, 2022.
- [9] CODATO, Adriano Nervo. O Golpe de 1964 e o Regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. História: Questões & Debates, n.40, p. 11-36, Curitiba, Editora UFPR, 2004.
- [10] ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. Torre das Guerreiras e outras memórias. São Paulo, Editora 106, Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.
- [11] JÓFFILY, Olivia Rangel. Esperança Equilibrada. Resistência feminina à ditadura militar no Brasil. Florianópolis, Editora Insular, 2016.
- [12] NASCIMENTO, Juliana Marques do. Guerrilheiras. Memórias da ditadura e militância feminina. São Paulo, Alameda, 2022.
- [13] MOTTA, Romilda Costa; RANGEL, Lívia de Azevedo Silveira. Lutas clandestinas, maternidades em dilema: memórias de mulheres militantes nas ditaduras civis-militares do Cone Sul. In: Antíteses, Londrina, v.13, n.25, p. 538-566, jan.jun, 2020.
- [14] PARA Bolsonaro não houve ditadura no Brasil. Consultar: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-03/para-bolsonaro-nao-houve-ditadura-no-brasil>. Acesso em 23/09/2020.
- [15] PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Santa Catarina, Editora Mulheres, 2010.
- [16] PERES, Marcus Vinicius Monteiro. Por que ensinar a ditadura civil-militar? A formação de um sujeito por

meio da democracia. Revista Encontros. v. 12. n. 22. 2014

[17] PROJETO Orvil. Versão que pode ser lida, na íntegra, no seguinte link: http://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com_content&view=article&id=737:-a-difuso-do-projeto-orvil-download&catid=36&Itemid=78 . Acesso em 25/07/2020.

[18] ROSA, Susel Oliveira da. Mulheres ditaduras e memórias. “Não imagine que precisa ser triste para ser militante”. São Paulo, Intermeios, 2013.

[19] ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. A ditadura brasileira não existiu? In: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). Revisionismos. A universidade esclarece. 1ª ed., São Paulo, Mentis Abertas, 2020

[20] SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. O anjo da história e a memória das vítimas: o caso da ditadura militar. Veritas. Porto Alegre v. 53 n° 2 abr./jun. 2008

[21] SOLNIK, Alex. O cofre do Adhemar. A iniciação política de Dilma Rousseff e outros segredos da luta armada. São Paulo, Jaboticaba, 2011.

[22] THIOLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo, Cortez, 2005.

[23] TRIGO, Luciano. Guerra de Narrativas. A crise política e a luta pelo controle do imaginário. 1ª ed., Rio de Janeiro, Globo Livros, 2018

[24] TOLEDO, Caio Navarro. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.24, n.47, p.13-28, 2004.

6. Agradecimentos

À Escola Cidadã Integral Dr. Elpídio de Almeida, por meio de sua diretora Sra. Kilma Porto da Silva; aos professores Dr. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio e Luis Auriclelson Antas Miguel, pelo apoio pedagógico e a profa. Dayanny Deyse Leite Rodrigues, pela coordenação pedagógica.

À profa. Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima pela orientação e coordenação geral do Projeto de Extensão.

À UFCG pela concessão de bolsa(s) por meio da Chamada PROPEX 003/2022 PROBEX/UFCG.